



Assembleia Municipal de Odívelas

ATA Nº 13/2013

ATA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODÍVELAS

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e treze pelas catorze horas e trinta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odívelas**, em **3ª Sessão Ordinária de 2013**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odívelas, sob a Presidência de António José Real da Fonseca, Tânia Beleza e Alcina Trindade, como 1º e 2º Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----

PONTO 2 – DESIGNAÇÃO DA SOCIEDADE “OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA COMOFISCAL ÚNICO DA MUNICIPALIA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICIPIO DE ODÍVELAS E.M. -----

PONTO 3 – RELATÓRIO DA COMISSÃO DO PODER LOCAL E SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES RELATIVAMENTE ÀS REUNIÕES E VISITAS ÀS FREGUESIAS -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paço**.-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Gabriel Dias**, pelo Membro **Aftab Tayob**.-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles**, pelo Membro **Alcina Trindade**.----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontina, **Eugénio Marques**, pela sua substituta legal, **Gracinda Pinho**.-----

Na bancada do **CDS/PP**, o Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pelo Membro **Luís Miguel Costa**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Figueiredo**, pelo Membro **Adventino Amaro**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Raquel Rodrigues** pelo Membro **José Rodrigues**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Cristina Azedo** pelo Membro **João Lourenço**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **38** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência dos Senhores Deputados Municipais, Joaquim Farinha e Sérgio Paiva, pela bancada do **PS** -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, Paulo César Teixeira, Fernanda Franchi e Hugo Martins, pela bancada do **PS** Carlos Bodião e Sandra Pereira, pela bancada do **PSD** e Rui Francisco, pela bancada da **CDU**. ----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocado à votação a distribuição do ponto
"Proposta da Componente de Apoio à Família (CAF) na Educação Pré-Escolar na Vertente
Prolongamento de Horário – Ano Letivo 2013/2014" para inclusão na presente Ordem de Trabalhos,
tendo sido **Aprovado por Unanimidade**:-

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocado à votação a inclusão do ponto:
"Proposta da Componente de Apoio à Família (CAF) na Educação Pré-Escolar na Vertente
Prolongamento de Horário – Ano Letivo 2013/2014", tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Miguel Xara Brasil, bancada do **CDS/PP**, apresentou um **Voto de Congratulação**, (documento nº 1)
sobre "**Mosteiro de S. Dinis, S. Bernardo e o Instituto de Odivelas**" que seguidamente se transcreve:--

"Desde Outubro de 2011, que o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo e o Instituto de Odivelas se abriram à comunidade de uma forma sem precedentes há algumas décadas. -----

A instituição abriu as portas à realização de umas dezenas de eventos de carácter social, cultural e económico, muitos deles relevantes. Estes acontecimentos contaram com o apoio incondicional de alunas, docentes, militares e funcionários que trabalham diariamente no Instituto de Odivelas.-----

Esta mudança permite à comunidade compreender o grau de instrução e preparação extracurricular que se oferece naquele estabelecimento de ensino. Certamente, permite que o nome de Odivelas chegue mais longe. Marca também a identidade do concelho, mas particularmente da cidade, pelas melhores razões.

É de extrema importância que este estágio se mantenha e, se possível, se torne uma espécie de regra, para bem do quotidiano do núcleo histórico da cidade de Odivelas, também a bem do ensino de qualidade, num País cada vez mais limitado e onde escasseiam boas práticas. Esta filosofia de abertura de uma instituição orientada pelo exército português é indiscutivelmente uma forma de marketing institucional que pode relegar o Instituto de Odivelas para patamares superiores e dele jamais se confundir com outros estabelecimentos como as academias dos três ramos das Forças Armadas.-----

Esta atuação deve-se inequivocamente ao Diretor José Paulo Bernardino Serra, Coronel de Infantaria, de 51 anos, que assumiu o cargo a 13 de Julho de 2011. E, desde então, editou uma dinâmica na vida do instituto de Odivelas nunca vista nas últimas décadas, conseguindo chamar ao Mosteiro de Odivelas eventos da maior relevância como ainda partilhar voluntariamente em ações de índole social que contaram com a contribuição de funcionários, alunas e professores.-----

Certamente a comunidade odivelense em geral não quer ver morrer esta nova era do Instituto de Odivelas que se afigura da maior importância, particularmente em tempo de dificuldades como aquelas que vivemos



Assembleia Municipal de Odivelas

e todos os esforços são de extrema importância. Como ainda se afigura do maior interesse a preocupação demonstrada por aquele Director na persecução dos trabalhos de manutenção do património do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. -----

Portanto, torna-se de importância vital a continuidade do Coronel José Paulo Bernardino Serra à frente da direção do Instituto de Odivelas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 28 de Junho de 2013, na sua 3ª Sessão Ordinária, aprova um Voto de Congratulação, pelo serviço prestado à comunidade odivelense, ao Coronel José Paulo Bernardino Serra, Diretor do Instituto de Odivelas, bem como se declara pela sua continuidade à frente dos destinos daquela instituição centenária." -----

José Falcão, pela bancada do BE, apresentou uma **Moção** (documento nº 2), "**Saudação à Greve Geral e a todas as lutas pelo derrube do governo da troika**", e um **Voto de Congratulação** (documento nº 3) sobre "**A decisão do Tribunal Constitucional**", que seguidamente se transcrevem: -----

Saudação à Greve Geral e a todas as lutas pelo derrube do governo da troika (documento nº 2): -----

"Fiel às imposições da troika e fanático da austeridade, o governo PSD/CDS persiste em violar a legalidade e desrespeitar as decisões do Tribunal Constitucional. A sua recusa em pagar atempadamente o subsídio de férias na administração pública confirma uma atitude vingativa que só é possível com a cumplicidade ativa do atual Presidente da República. -----

A decisão de cerca de uma centena de autarquias (entre as quais o município de Odivelas), de pagar o subsídio de férias em Junho demonstra que outro caminho é possível, apesar das dificuldades financeiras agravadas por uma política recessiva que fez disparar simultaneamente o desemprego e a própria dívida.- E o desastre económico e social ameaça não ficar por aqui. Em Julho, no início da oitava avaliação da troika, serão anunciados novos cortes de 4700 milhões de euros na saúde, na educação e na segurança social que provocariam dezenas de milhar de despedimentos, a sobrecarga da população com novas taxas e impostos sobre as pensões, reformas e serviços essenciais, bem como o colapso de muitos destes serviços. -----

Esta política desastrosa tem enfrentado a resistência dos trabalhadores e da generalidade dos cidadãos que vivem os dramas do empobrecimento e do desemprego. A determinação dos professores em defesa da escola pública, contra o autoritarismo do ME e a mobilidade especial, primeira etapa do despedimento, é um exemplo a seguir. -----

A Greve Geral de 27 de Junho, convocada pelas duas centrais e dezenas de sindicatos independentes, foi um momento de grande convergência de todas as formas de resistência popular à austeridade, em defesa dos salários e pensões e contra o aumento do horário de trabalho. E foi um "cartão vermelho" a este



Assembleia Municipal de Odivelas

governo e ao seu último apoiante, Cavaco Silva, que será repetido e ampliado nas eleições autárquicas de 29 de Setembro próximo.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão ordinária de 28 de Junho de 2013: -----

1. Saúda a Greve Geral de 27 de Junho.-----
2. Saúda a luta das e dos trabalhadores, desempregados, precários, reformados e todos aquelas que se têm mobilizado para pôr cobro a esta política criminosa."-----

A decisão do Tribunal Constitucional (documento nº 3) -----

"A decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucionais normas do diploma que estabelecia um novo regime jurídico para as autarquias locais e um novo estatuto das entidades intermunicipais, constitui motivo de satisfação para os autarcas. -----

Tendo por base a Proposta de Lei nº 104/XII do governo, o documento já tinha merecido a discordância de inúmeros órgãos autárquicos, assembleias de freguesia e assembleias municipais, por afetar o núcleo essencial dos órgãos deliberativos e os princípios de independência e da especialidade das autarquias locais. -----

Recorde-se que o parecer da ANMP e da ANAFRE bem como as sugestões bem fundamentadas de muitas autarquias nunca foram tidas em conta pelo ex-ministro Relvas e demais governantes, pelo que o pedido de apreciação da constitucionalidade daquela lei teve o desfecho que a democracia exigia, a reprovação do diploma. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal /Odivelas, reunida em 28 de Junho de 2013, delibera: -----

- 1 - Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais;-----
- 2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais; ---
- 3 - Exigir o respeito pela autonomia do poder local -----
- 4 - Enviar à Presidência da República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares, ANMP e ANAFRE" -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados tendo sido **Aprovada por Unanimidade**-----

Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Uma informação à Assembleia, que tem a ver com a Lei dos Solos, que numa primeira versão com data de vinte e quatro de abril e agora com uma versão mais recente de nove de junho, ainda não foi agendada para Assembleia da República, mas nós pretendemos fazer uma discussão, um debate, digamos um aprofundamento desta Lei e daquilo que ela tem de diferente relativamente à Lei dos Solos anterior, porque agora há novos regimes que vêm mexer com Leis que já datavam do tempo do vinte e cinco de abril, se bem que depois aperfeiçoadas pelo Engenheiro Cravinho, salvo erro, ora bem, esta Lei dos Solos que está, que é um projeto de lei que está, digamos, que prestes a ser votada na Assembleia da República, provavelmente não será neste mandato porque as únicas reuniões agendadas são de três de julho e dez de julho, provavelmente depois de abrir a Assembleia de República é que será aprovada e discutida, mas como é uma questão que já foi à Associação Nacional dos Municípios, presumimos que esta seja uma versão muito próxima da versão final. Isto aliado à nova Lei de Expropriações, vem fazer uma redução em termos de ordenamento do território e de uso do solo. Portanto não vale a pena nós avançarmos mais no que diz respeito, podemos ver aqui numa análise muito rápida, antes de ser analisado pelas Comissões para as quais eu pedia que isto fosse agendado, aquela que eu estou a coordenar a do Poder Local e também a do Ambiente e do Planeamento, podemos verificar que se deixa em parte cair a questão dos planos regionais de ordenamento do território, vai ser dado um enfase muito especial aos planos municipais se intermunicipais, mas há depois outros aspetos que tem a ver com a posse do terreno por sacrifício e outros aspetos também que nós analisaremos e que vamos pedir o agendamento deste ponto na última Assembleia Municipal que provavelmente se vai realizar em setembro. Uma outra questão, tem a ver com uma pergunta que eu fiz à Senhora Presidente, na última Assembleia Municipal, sobre o estado do Município e que não foi respondida que tinha a ver com o IMI e com as expetativas que vinham sendo criadas devido às novas avaliações e também ao facto de haverem contribuintes que chegaram ao fim do período de isenção, portanto todos os Municípios tinham expetativas que as verbas relativas ao IMI, que são recebidas pelas Câmaras viessem a aumentar substancialmente e a pergunta que eu tinha posto na última Assembleia, da passada semana era se essas expetativas estão a seguir aquilo que as Câmaras ou Municípios pensavam que iam receber ou se afinal estão muito aquém daquilo que se pensava que pudesse ser a receita do IMI para os próximos anos?" -----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU** -----

Miguel Cabrita pela bancada do **PS** -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

“Quero assinalar aqui o silêncio, na última Assembleia Municipal, o silêncio nas respostas da Senhora Presidente às questões levantadas por nós. Eu fui muito claro sobre a incompetência e sobretudo sobre a forma como nos foi vendido o que esta a acontecer em relação ao trabalho sobre o IMI, fui claríssimo, mais claro calculava eu que não pudesse ser e a resposta foi o silêncio. Isso só prova que as razões que nós temos para a criticar a suposta não existência do grupo de trabalho porque de facto nunca soubemos nada dele, a não ser numa ata, numa reposta a uma pergunta em dois mil e sete, como os tais trabalhadores que iam para o IMI, que não existiram desde que Susana Amador é Presidente, mas era vendido aqui e que todos nós estávamos convencidos que existia tal a forma como era focada essa questão, que afinal tínhamos razão e o silêncio só prova que de facto não há resposta a dar porque ela já estava dada.” -----

Duarte Barracas, pela bancada do **MPT**, -----

Presidente da junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, -----

Presidente da junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, -----

Presidente da junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Luís Salmonete pela bancada do **PSD** -----

Pelas **15h25**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **15h52 m** os trabalhos foram retomados. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

José Falcão, pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção que será transcrita em ata -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocada à votação, os documentos, supra referenciados -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

O documento nº1, acima mencionado, foi colocado à votação o tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDU, CDS/PP, MPT, Independente e votos contra da bancada do BE.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, José Falcão e Miguel Cabrita, pelas bancadas do BE e PS, respetivamente -----

José Falcão -----

"Não podia ser de outra forma, o nosso votou contra, tendo em conta a nossa coerência que temos demonstrado ao longo destes processos dos Institutos Militares e do ensino militar versus ensino publico.--- E sobre a possibilidade do que pode acontecer ao Mosteiro e aos espaços ocupados pelos colégios militares, em especial colégio de Odivelas, nós temos muitas propostas que já foram divulgadas, ao longo deste debate, e que iremos continuar apresentar. -----

A questão não está aí, e mais uma vez desafio quem quiser discutir comigo o que é um Instituto destes, que estive oito anos dentro deste ensino, que venha falar comigo.-----

Porque realmente vale pouco a pena estar a discutir aquilo que é evidente aos olhos das pessoas, o que significa este tipo de ensino, aquela cultura, o que significa instituições militares a dirigirem escolas, o que significa um ensino que não é público, nem acessível a todos conforme é "vendido".-----

Portanto o nosso voto contra tem e conta tudo isto, e muitíssimo mais que qualquer um de vós pode falar com quem quiser que esteja dentro de uma instituição, e que não tenha os olhos tapados." -----

Miguel Cabrita -----

"A bancada do PS votou favoravelmente este voto porque independentemente das questões que possamos ter, relativamente às questões do ensino segregado, em coerência com a posição que temos assumido ao longo deste processo, naturalmente que não podíamos deixar de apoiar. Ainda mais quando, muito recentemente a câmara municipal apresentou também um voto de louvor ao Coronel José Serra, que foi precisamente no dia 5 de junho.-----

E portanto apesar deste voto hoje aqui apresentado, ser basicamente redundante em relação ao apresentado pela câmara municipal, votamos de qualquer modo a favor."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

B

O documento nº2, acima mencionado, foi colocado à votação o tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, BE e Independente e votos contra das bancadas do PSD, CDS/PP e MPT -----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal Fátima Amaral, Eduarda Barros, e José Falcão, pelas bancadas da CDU, PS e BE -----

Fátima Amaral -----

"Votámos a favor desta moção porque foi de facto a mais importante greve geral realizada desde de que vivemos em democracia.-----

Dizer que um milhão e quinhentos mil trabalhadores, não a puderam fazer porque passaram já, há condição de desempregados. E de facto a primeira condição para se fazer greve é ser trabalhador. -----

Os restantes trabalhadores que este país tem no ativo, que se calhar não chegaram a um milhão, a sua grande maioria esteve presente nesta greve, e combateu as políticas deste governo, e não às políticas deste governo, exigindo a demissão deste governo bem como eleições, e por conseguinte mudanças de políticas. -----

Seguramente que os poucos trabalhadores que restam no ativo que não chegaram já a um milhão, continuaram a lutar, a derrotar estas políticas, continuarão a demonstrar e a provar que não somos de facto um povo pacífico, que somos de facto um povo guerreiro que ao longo da sua história, sempre soube lutar e derrotar, todos aqueles que defenderam o obscurantismo, a destruição deste país, e sempre soube este povo levar por diante, a bandeira da liberdade.-----

Parem de destruir este país, parem de desafiar este povo, continuem por esse caminho e verão onde é que o povo pacífico vai levar esta situação e vai levar esta batalha.-----

Nós vamos vencer. Vocês vão perder."-----

Eduarda Barros -----

"Em nome da bancada do PS quero dizer que apoiámos esta moção, embora gostássemos de realçar que nós apoiamos todas as lutas contra a TROIKA, mas não todas as formas de luta.-----

Mas pelas razões que já foram aduzidas, pela incompetência e pela incapacidade deste Governo em governar, levar avante uma política de concertação, e sobretudo porque não aceitamos esta moda que está em voga, que é: eu sou a favor da greve mas respeito mais os que trabalham. A greve é um pilar da democracia, é um instrumento constitucional, porque a greve é um direito legítimo, com o qual o Sr Primeiro Ministro não tem que estar nem de acordo nem de desacordo, tem apenas em acatar, ele não é



Assembleia Municipal de Odivelas

muito pródigo em acatar as decisões, a Constituição, alias gosta pouco da Constituição, mas por enquanto é a que temos. -----

E nesse aspeto, uma saudação, e como já disse a deputada Fátima Amaral, e como disse o Sr Secretario Geral do Partido Socialista, a todos os que fizeram greve, a todos os que queriam fazer greve e não puderam fazê-la, aos pensionistas que não podem fazer greve, aos desempregados que gostariam de fazer greve. E também todos aqueles que conscientemente não fizeram greve, porque é também um direito que lhes assiste. -----

José Falcão -----

"Queria também salientar a importância desta moção, da unidade que se conseguiram com as centrais, e com todas as pessoas que puderam fazer greve, e sobretudo com aquelas que não puderam fazer greve mas que se manifestaram em variadíssimos sítios a sua solidariedade face à greve.-----

É bom de salientar isto porque há pessoas que não puderam fazer greve porque apesar de os patrões serem de certa forma coniventes com esta greve, na verdade muita gente é ameaçada quando a faz, têm medo de perder o seu emprego.-----

E é por isso mesmo que é importante de mostrar as diferentes formas de mostrar a solidariedade. E a solidariedade de esquerda e entre os trabalhadores, a verdadeira solidariedade é que nós temos que perceber que todos nós temos que lutar, para que todos possam exercer aquele direito que tem, que é fazer greve, e que muitas vezes está impedido apesar de ser um Estado de direito."-----

O documento nº3, acima mencionado, foi colocado à votação o tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, CDU, BE e Independente e as abstenções das bancadas do PSD, CDS/PP e MPT.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal Paulo Pinheiro e José Falcão, Lúcia Lemos e Susana Santos, pelas bancadas do PSD, BE, CDU e PS respetivamente -----

Paulo Pinheiro -----

"Não obstante ao facto de muitos autarcas, também muitos do PSD que se reveem na declaração de inconstitucionalidade relativamente às entidades intermunicipais, e em Odivelas isso não é exceção, não podemos concordar com a forma. Estamos perante uma situação em que um órgão político está apreciar



Assembleia Municipal de Odivelas

B

politicamente a decisão de um tribunal, o que perante a Constituição da Republica Portuguesa, tendo em conta o princípio de separação poderes, tal não deve acontecer, artigos 111º da Constituição.-----

Mais uma vez concordamos com o conteúdo não concordamos com a forma, se fosse uma moção que expressasse a forma como esta Assembleia Municipal se pudesse rever na posição do Tribunal Constitucional, seria a forma correta, um voto de congratulação de uma decisão do tribunal, em democracia não é o aconselhado.-----

José Falcão-----

"É evidente que em democracia qualquer tomada de posição sobre o que quer que seja é possível. Não percebo a declaração de voto que foi feita. Eu percebo que seja difícil tomar posições, mas percebo que o argumento de que em democracia, isso não se pode fazer, compreendendo de onde vem e o significado que tem a palavra democracia para esta bancada."-----

Lúcia Lemos-----

"Nós votámos favoravelmente esta proposta, independentemente das questões técnico formais, este é um órgão político pode tomar decisões políticas. E aqui a decisão é mesmo política, só aguardamos é que o Tribunal Constitucional faça a sua apreciação face à lei da agregação de freguesias. E seria o pleno em relação a alguém que vai ficar na história de Portugal, por ter iniciado um novo estatuto. Nós já conhecíamos o estatuto do ex-marido, do ex professor, do ex empregado, do ex qualquer coisa, agora temos o estatuto do ex diretor.-----

Portanto esta é de facto uma boa decisão do Tribunal Constitucional, por isso votámos favoravelmente."---

Susana Santos-----

"A bancada do PS votou favoravelmente esta voto de congratulação porque se revê no conteúdo e na forma. E entende que tem legitimidade para tomar posição relativamente a esta matéria, e relativamente a uma posição do Tribunal Constitucional, da mesma forma que o Governo tomou várias vezes posição sobre as decisões do Tribunal Constitucional, e também é um órgão político."-----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Essa tem sido a resposta sobre requerimentos, a resposta cassete, digamos assim, a diferença agora é que há um relatório em reunião de direito de oposição em novembro e que até agora não foi respondido que e está lá tudo, tim-tim por tim-tim, data de entregas e situação atual, se foi ou não respondido, sobre isso eu vim aqui sempre falar, disse isto várias vezes e ouviu isto várias vezes e de facto não respondeu até agora. Essa foi entregue em novembro, estão aqui a pessoas que o receberam, essa foi com o Paulo César, desde novembro não há uma resposta sobre se aquilo está mal ou se está bem. Nada, zero. Admitamos que estava tudo mal, admitamos, mas respondam. Foi entregue tim-tim, por tim-tim e sobre isso não há uma resposta. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício**, foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido ponto. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Na anterior sessão ordinária desta Assembleia, e resultado dos valores da receita então conhecidos, afirmámos poder estar talvez a verificar-se uma inversão da tendência de diminuição da receita que vinha a verificar-se desde 2010 o que a confirmar-se poderia permitir uma maior estabilidade financeira e talvez dar origem a novos investimentos. -----

Então, a receita municipal apresentava uma diferença positiva de 8%, cerca de 810 mil euros, se e quando comparado com igual período de 2012, razão para a nossa afirmação. -----

Perante os valores conhecidos no presente, 25,1 m€, e referentes a 31 de Maio, essa nossa previsão não se confirma mas mais grave a receita já apresenta um decréscimo de 7%, ou seja 1,774 milhões de euros o que poderá indicar que a situação tenderá a piorar. -----

Para este resultado contribuíram as menos valias obtidas na receita corrente, -8%, ou seja 1,936 milhões de euros, em parte reduzida pela receita de capital, que apresenta uma variação positiva de 168 mil euros. Para este resultado negativo contribuíram as menores cobranças verificadas no IMT, -18%, mas também no IML, -17% - 1,639 milhões de euros, tendência negativa que já no anterior trimestre se verificava, mas também em rendimentos de propriedade a apresentar uma diminuição de 28% - 761 mil euros.-----

De positivo de destacar os aumentos verificados na cobrança do Imposto Único de Circulação, na Derrama, em Taxas, Multas e Outras Penalidades, em Rendimentos de Propriedade e em Transferências, seja correntes seja de capital.-----

O total da despesa, 21,587 milhões de euros, apresenta uma ligeira subida de 6%, ou seja 1,2 milhões de euros, resultado dos aumentos que se verificam em Aquisição de Bens e Serviços, 43,4% - 1,821 milhões de euros, mas também em Juros e outros encargos.-----

A dívida do Município e conforme informação da Sra., Presidente aquando da discussão do Estado do Município situava-se a 31 de Maio nos 44 milhões de euros.-----

Desta importância 28,4 milhões € referem-se a financiamento bancário, de médio e longo prazo, um decréscimo de 4,17%, sendo na mesma data de 15,5 milhões de euros a dívida administrativa ou seja a dívida a fornecedores, a qual apresenta uma variação positiva de -13,09%. -----

Verifica-se assim que e quando comparada com a dívida existente em final de 2012, a dívida do Município diminuiu já na ordem dos 4 milhões €.-----

Hoje, o INE divulgou os números do deficit referentes ao 1º. Trimestre de 2013: 10,6 % do PIB. Eis o resultado de uma política de total irresponsabilidade e de enorme incompetência e que está a afundar cada vez mais a economia e o País.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Esta é Sr., Presidente Srs., deputados a realidade, realidade que todos gostaríamos fosse bem diferente, para melhor, e que vai continuar a exigir de todos nós o melhor em prol do Concelho e de todos os Odivelenses. -----

Pelas 17h00m, registou-se a saída do membro Fátima Amaral, pela bancada da CDU -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Relativamente a este ponto, a informação que temos em nosso poder é um pouco atrasada, porque diz respeito ao período de dezasseis de março a quinze de maio e já tem cerca de mês e meio. Podia ser mais atualizado, pensamos que devia ter sido feito um esforço para atualizar a informação, essa é a primeira questão. Aqui na página trinta e oito da informação, tem aqui uma empreitada de intervenção no padrão do Senhor Roubado, no Olival Basto, no valor de dezassete mil e quarenta euros e setenta e oito cêntimos, gostaríamos de saber no que é que consiste esta intervenção. Depois as perguntas que eu tenho a colocar, estão na página quarenta e sete e quarenta e oito e dizem respeito à elaboração do PDM. Ora bem o que nós temos cá escrito é o seguinte e deixe-me repetir um pouco o que está escrito na informação, tem estado a decorrer a fase da concertação final da proposta do PDM com vista à discussão pública através de reuniões e respetivo trabalho de acertos aos documentos técnicos designadamente com a CCDRLVT, desenvolveu-se o trabalho técnico para conclusão de propostas de REN em Odivelas dando satisfação às questões colocadas no respetivo parecer final da Comissão de Acompanhamento para entrega à CCDRLVT e subsequente submissão à CNVEN, foram realizadas três reuniões de concertação a dezasseis, vinte e nove de abril e treze de maio, para esclarecimento das metodologias a adotar com vista à conclusão durante o segundo trimestre de dois mil e treze da proposta final para submissão e apresentadas as justificações para a proposta de exclusão de manchas que não tinham parecer favorável no parecer recebido em dezembro de dois mil e doze. As propostas apresentadas foram aceites, tendo-se procedido aos acertos solicitados. Procedeu-se à elaboração de uma versão intercalar composta pelos principais elementos a submeter para submissão para aprovação da CCDRLVT e eu destaco só alguns que é a Memória descritiva e justificativa da proposta da REN submetida, o desenho com a proposta de exclusões, o desenho da REN de exclusões e ordenamento do PDM, o desenho REN, exclusões, servidões e utilidade pública, tabela de concertação do parecer do PDM, porque isto também é importante esta tabela para se saber o que é que disseram as diversas entidades que estiveram na comissão de acompanhamento, memória descritiva justificativa das opções do plano que suscitaram dúvidas à comissão de acompanhamento, o regulamento do PDM, a planta de ordenamento de uso do PDM, planta de condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública com o objetivo de agilizar a



Assembleia Municipal de Odivelas

entrega da proposta final, elaboração da proposta de ordenamento, etc e elaboração dos conteúdos que irão integrar o relatório e preparação do relatório de participação pública, que irá integrar a versão de proposta de PDM a submeter à discussão pública, atualização da carta de compromissos com vista á sua integração no PDM até dezembro de dois mil e doze, revisão e atualização da carta de ocupação do solo até dezembro de dois mil e doze, atualização da planta de ordenamento, elaboração da planta de condicionantes, salvaguarda dos recursos e dos riscos de incêndios florestais de acordo com os resultados do processo de concertação, pesquisa de informação, realização de infogramas, reformulação da planta de ordenamento com uso do solo, revisão e atualização da planta de condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública com informação fornecida recentemente pelas entidades e relativamente a isto tudo está mencionado na informação que vem a nosso poder queria dizer o seguinte; finalmente vem a esta Assembleia uma informação mais completa no que diz respeito ao PDM e ao seu desenvolvimento, no entanto neste momento, colocam-se algumas questões. Primeira questão tem a ver com porque é que a Assembleia não foi informada das reuniões da Comissão de Acompanhamento e dos resultados que estas reuniões realizaram-se a dezasseis, vinte e nove de novembro e treze de maio. Nestas reuniões foram apresentadas as justificações para as propostas de exclusão de manchas que não tinham parecer favorável no parecer recebido em dois mil e doze. A pergunta mais em concreto, onde é que se situam essas manchas, para as quais foi solicitada a exclusão? A seguir vem na informação que na generalidade as propostas foram aceites, na generalidade é uma informação muito vaga. Nós queríamos saber em concreto quais são as propostas que foram aceites e as que não foram aceites? Gostaríamos de saber, exatamente o que foi excluído, o que foi pedido para ser excluído e o que foi aceite pela CCDRLVT. Assim e para melhor acompanhamento por parte da Assembleia Municipal, nomeadamente da bancada do Partido Social Democrata, solicitamos quando for possível, sabemos que isto é moroso, os seguintes documentos: a memória descritiva e justificativa da proposta da REN, com o desenho que tenha a proposta de exclusões, a REN exclusões ordenamento de usos do PDM, exclusões que tem a ver com as servidões e restrições de utilidade pública, tabela de concertação ao parecer do PDM, o regulamento do PDM, também gostaríamos de saber, porque foi alterado, este regulamento tem muito a ver com os Índices de construção, com as percentagens, a utilização do solo em determinado espaço, planta de ordenamento de usos do PDM, planta de condicionantes, carta de compromissos, carta de ocupação do solo ou planta de ordenamento, planta de ordenamento que são com as áreas sujeitas à prevenção de riscos ou seja chamada carta de riscos. Como se sabe toda a informação que inclua mapas não pode ser consultada pela internet devidos às características dos mapas, quando se tenta aumentar não se pode ver em pormenor e eu pretendo em suporte de papel se for possível." -----

Eduarda Barros, pela bancada do PS -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes** pela bancada da **CDU** -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão, usou da palavra o seguinte membro da Assembleia Municipal:-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, apresentou um requerimento, que seguidamente se transcreve; -----

"Senhora Presidente solicitar a V. Exa que vou apresentar um requerimento à mesa da Assembleia e depois um à Câmara através de V. Exa e que ficassem consignados em ata. Primeiro e atendendo às explicações que a Senhora Presidente deu à Assembleia do incidente à margem dos próprios trabalhos da Assembleia, pretendia requerer a V. Exa que informasse a razão por que a Deputada Fátima Amaral foi notificada à margem da Assembleia, primeiro quem é que mandou notificar e esperaram que saísse, quando esteve aqui desde as duas e meia da tarde e se um ato destes não devia ser uma notificação, eventualmente pessoal, fora deste contexto, ter-se-ia evitado tudo isto. E isto é o primeiro requerimento, por isso se V. Exa esclarecesse-se quem é que assinou o ofício, porque é que foi entregue neste momento. Segundo requerimento e dirigido à Câmara; considerando que a senhora Presidente tem toda a razão, que ninguém está acima da lei, considerando que todos temos que proteger o erário público, considerando que os bens públicos devem ser por todos aqueles que exercem cargos públicos perfeitamente poupados, defendidos e nunca estragados. A bancada da CDU requer que a Câmara informe por escrito com a máxima urgência. Primeiro: quanto custou e quem pagou os custos dos carros da Câmara Municipal que o Senhor Vereador Hugo Martins partiu? Segundo: quem pagou e quanto custou os estragos do celebre pilarete mandado colocar pelo Chefe de Gabinete da Senhora Presidente, aquele pilarete que pelos vistos endoideceu e terá furado vários carros. Quanto custou o arranjo do pilarete e quem pagou? Terceiro: quanto custou ao erário público, desde outubro de dois mil e nove, até vinte e nove de setembro de dois mil e treze o custo das avenças que a Senhora Presidente assinou mas diz que não é responsável, nem escolheu e mais queremos saber qual é a taxa de produtividade de tais avenças? Gostaríamos de saber do ponto de vista quantitativo e até atendendo à especialização para



Assembleia Municipal de Odivelas

apoio na área da saúde e na área do ambiente, nomeadamente as questões da água e do ambiente, gostaríamos de saber quanto custou este tipo de apoio jurídico do ponto de vista quantitativo e qualitativo, ou seja, quanto custou em euros e quantos pareceres terão sido produzidos e por quem. Temos o dever de fiscalizar a Câmara e deveremos de facto apurar todos os custos com o património público que é delapidado. Começamos pois por aqui e depois queremos também saber qual o teor desse ofício que terá então despoletado a indignação relativamente à Deputada Fátima Amaral. Peço deferimento em nome da bancada da CDU e queremos que não fique para daqui a quatro anos, que seja respondido antes de vinte e nove de setembro de dois mil e treze." -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD -----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS -----

Pelas 17h20, registou-se a saída do Deputado Duarte Barracas, pela bancada do MPT -----

PONTO 2 – DESIGNAÇÃO DA SOCIEDADE “OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA COMO FISCAL ÚNICO DA MUNICIPALIA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E.M. -----

Presente para deliberação, a proposta referente à “Designação da Sociedade “Oliveira, Reis & Associados, SROC, LDA Como fiscal Único da Municipalia – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas E.M.” de acordo com a proposta nº 5/PRES/2013, de 2013-05-16, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2013-05-22, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto -----

Não existindo nenhuma intervenção o **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e Independente e com as abstenções das bancadas do BE, CDU e CDS/PP -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, requereu que fosse alterada a ordem de trabalhos e se passasse de imediato à discussão do Ponto 4. -----

O Senhor Presidente da Assembleia em Exercício, colocou a alteração da ordem de trabalhos à votação, tendo sido aprovado por Unanimidade. -----

PONTO 4 - "PROPOSTA DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NA VERTENTE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO – ANO LETIVO 2013/2014" -----

Presente para deliberação, a proposta referente à Componente de Apoio à Família (CAF) na Educação Pré- Escolar na Vertente Prolongamento de horário – Ano letivo 2013/2014" de acordo com a informação nº Interno/2013/12094, de 2013-05-29, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2013-06-19, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia em Exercício deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto -----

Não existindo nenhuma intervenção **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício** colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Pelo **Senhor Presidente em Exercício**, foi proposta a retirada do Ponto 3 para ser reagendado numa próxima Assembleia Municipal, tendo sido Aprovado por Unanimidade; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia em Exercício**, declarou encerrada a Sessão pelas **18h00**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente em Exercício: _____

O Senhor Presidente em Exercício: _____

António F. Sousa

O 1º Secretário: _____

Luís António de Oliveira Pinheiro

O 2º Secretário: _____

António Pinheiro